

Estado do RJ adere ao Propag para renegociar dívida de R\$210 bilhões

Valor das parcelas mensais deve cair de cerca de R\$490 milhões para R\$133 milhões

Déborah Gama

Nesta segunda-feira (22), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o governador em exercício, o desembargador Ricardo Couto, assinaram a adesão do Rio de Janeiro ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). Com isso, o estado deixa o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), onde permanecia desde 2022.

A iniciativa prevê a renegociação da dívida do Rio com a União, que já ultrapassa R\$210 bilhões. A medida é vista pelo governo estadual como um alívio para as contas públicas. Com a entrada no programa, o Rio poderá refinarçar o débito em um prazo de até 30 anos, com uma redução significativa dos juros.

Investimento em educação e inclusão

Lula afirmou que o dinheiro deve servir para “libertar meninas e meninos do crime organizado”, ao defender investimentos em educação e inclusão social.

O presidente afirmou que a iniciativa visa usar os recursos para evitar que jovens entrem para a criminalidade, ampliando oportunidades por meio de programas educacionais e sociais. “Vai sobrar mais dinheiro



Governador em exercício do Rio, desembargador Ricardo Couto comentou a importância do Propag

para administrar o Rio de Janeiro. E uma parte tem que ser alocada em políticas sociais, de preferência em 2 áreas que são cruciais: saúde e educação”, explicou Lula.

Decisão é acordo civilizatório

Lula ainda definiu o Propag como “um acordo civilizatório entre entes federados”. “Criamos condições objetivas para que o estado pudesse saldar a sua dívida. Ao mesmo tempo, a União fica feliz porque poderia

receber aquilo que o estado lhe devia”, finalizou.

O governador em exercício do Rio afirmou que a assinatura do Propag “é uma data histórica para o RJ”. “Agradeço muito a compreensão da Presidência da República. Estamos saindo de um débito de mais de R\$ 200 bilhões e entrando para um débito de R\$ 160 bilhões alongados. Isso representa uma economia a longo prazo de mais de R\$ 40 bilhões”, discursou Ricardo Couto.

Segundo dados do Tesou-

ro Nacional, o Rio de Janeiro é o segundo estado mais endividado do país. Desta forma, o acordo atua para mudar tal realidade.

Exigências

Atualmente, o débito com a União é corrigido pela inflação (IPCA) mais juros de 4% ao ano. Pelo Propag, a correção continua sendo feita pela inflação, mas os juros serão menores, podendo variar entre 2%, 1% ou até zero.

Para alcançar juros reais ze-

rados, objetivo do governo do estado, o Rio terá que cumprir uma série de exigências. Entre elas estão limites para o crescimento de gastos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de compromissos de investimento em áreas como ensino técnico, segurança pública, infraestrutura e meio ambiente. Outra contrapartida será o repasse de recursos a um fundo federal, destinado a compensar estados menos endividados ou que não têm dívidas com a União.

Ao aderir ao programa, o estado também terá que dar uma entrada equivalente a 20% do total devido. Para viabilizar esse pagamento inicial, o governo já propôs a cessão de parte de receitas futuras.

De acordo com o governo federal, o valor das parcelas mensais da dívida deve cair de cerca de R\$ 490 milhões para R\$ 113 milhões. Os pagamentos, no entanto, voltarão a crescer gradualmente ao longo dos primeiros cinco anos.

O governo do estado já estimou valores mínimos que devem ser investidos com base nas novas regras do Propag, sendo estes: Cerca de R\$ 900 milhões em 2026 para áreas sociais; e mais de R\$ 2 bilhões em 2027, também voltados principalmente para educação, saúde e segurança.

PcDs poderão receber órteses e próteses gratuitas

Bruno Cecim/Agência Pará

O Programa de Distribuição de Órteses, Próteses Ortopédicas e Aparelhos Locomotores para atendimento às pessoas com deficiência será criado no Rio. A determinação é da Lei 11.230/26, de autoria dos deputados Vinicius Cozzolino (PSD) e Fred Pacheco (PL), que foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), sancionada pelo Poder Executivo e publicada no Diário Oficial desta segunda-feira (22).

A medida garante gratuidade a equipamentos essenciais para a mobilidade, reabilitação e autonomia de pessoas com deficiência residentes nos 92 municípios fluminenses. De acordo com a norma, os dispositivos serão distribuídos conforme a necessidade de cada beneficiário, após avaliação médica e de profissionais da área de saúde.

Para ter acesso ao programa, será necessário apresentar documento



Dispositivos serão entregues conforme a necessidade das PcDs

de identificação, comprovante de residência no estado, solicitação emitida por profissional do serviço público de saúde e preencher cadastro junto às secretarias responsáveis.

A lei também autoriza o Executivo a firmar convênios e parcerias com entidades especializadas para

a fabricação, distribuição, avaliação e acompanhamento dos beneficiários. Além disso, o Estado também poderá receber doações de órteses, próteses e aparelhos locomotores de pessoas físicas e jurídicas, desde que os equipamentos passem por sanitização e eventuais adaptações.

Ação educativa celebra os 18 anos da Lei Seca

O Detran RJ e a Operação Lei Seca promoveram uma ação educativa especial na Ponte Rio-Niterói para comemorar os 18 anos da legislação. A atividade, realizada na manhã da última sexta-feira (19), ocorreu em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a concessionária Ecoponte, relembrando a sanção da lei que estabeleceu tolerância zero para o consumo de álcool ao volante em 2008.

Ao longo de sua trajetória no território fluminense, a Operação Lei Seca já ultrapassou a marca de 43 mil blitzes e promoveu mais de 8,6 mil ações de conscientização, atingindo diretamente cerca de 885 mil cidadãos. Durante o evento comemorativo na ponte, agentes distribuíram materiais informativos, além de squeezes e antenas corta-pipa focadas na

proteção de motociclistas.

Os motoristas abordados puderam participar de uma dinâmica com óculos que simulam os efeitos da embriaguez, experimentando na prática a perda de reflexos na direção. A coordenadora de Educação do Detran RJ, Manoela Morgado, e o superintendente da Operação Lei Seca, tenente-coronel Diego Senna, reforçaram que fiscalização e educação devem caminhar juntas para consolidar a escolha responsável de não dirigir após beber.

O fisioterapeuta Morel Abreu, de 47 anos, também elogiou o impacto da medida para salvar vidas. Atualmente, a legislação brasileira está mais rígida: causar acidentes graves sob efeito de álcool pode gerar até cinco anos de prisão, e o tempo de punição sobe para oito anos em caso de mortes.